



23^a

**Semanal Nacional
em Defesa e Promoção
da Educação Pública**

A educação no centro do projeto de Nação:

*Um outro Brasil
é possível!*



CNTE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT
BRASIL

Internacional
da Educação


FNPE
Forum Nacional Popular de Educação



Dia 25/4/22 (segunda-feira)

Tema: Reforma do Ensino Médio *versus* Currículo Integral


Sugestões de atividades:

- Enviar e-mails para os Deputados Federais e Senadores pedindo a revogação da lei do Novo Ensino Médio e promover um tuitaço com o mesmo tema.
- Promover debate com os estudantes e/ou pais/mães/responsáveis, a partir da live produzida pela CNTE.
- **Live da CNTE às 19h**  /cnetebrasil

Dia 26/4/22 (terça-feira)

Tema: Piso e Carreira decentes para os profissionais da educação


Sugestões de atividades:

- Promover o debate entre os profissionais da educação com produção de vídeos de até um minuto sobre o tema.
- **Live da CNTE às 19h**  /cnetebrasil

Dia 27/4/22 (quarta-feira)

Tema: O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade

Sugestões de atividades:


- Aulão nas praças públicas com faixas, panfletagem acerca do tema, lives, debates com a comunidade escolar (pais/mães, estudantes, profissionais da educação). Encaminhar vídeos e fotos para a CNTE das ações desenvolvidas.
- **Live da CNTE às 19h**  /cnetebrasil

Dia 28/4/22 (quinta-feira)

Dia Nacional de Mobilização em defesa da educação e dos/as trabalhadores/as

Tema: Um Projeto de Educação que garanta uma Nação Soberana


Sugestões de atividades:

- Promover debates por meio de rodas de conversa acerca do tema, com foco na Democracia e na Formação cidadã, atos públicos e/ou mobilizações concomitantes em todos os estados e municípios do país com faixas, panfletagens nas praças, ruas, feiras. Em defesa da Soberania do Povo Brasileiro!
- **Live da CNTE às 19h**  /cnetebrasil

Dia 29/4/22 (sexta-feira)

Tema: Paulo Freire Vive em cada Educador/a Brasileiro/a que Luta por Educação de Qualidade, no chão da Escola Pública.

Sugestões de atividades:

- Promover momento cultural por meio de saraus, roda de viola, roda de capoeira, cirandas, roda de samba, teatro, nas escolas e praças públicas, dialogando com a comunidade acerca dos temas relacionados ao direito à educação.
- **Live da CNTE às 19h**  /cnetebrasil

Sumário

Tema: Reforma do Ensino Médio <i>versus</i> Currículo Integral	4
Tema: Piso e Carreira decentes para os profissionais da educação	5
Tema: O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade	6
Tema: Um Projeto de Educação que garanta uma Nação Soberana	7
Tema: Paulo Freire Vive em cada Educador/a Brasileiro/a que Luta por Educação de Qualidade, no chão da Escola Pública	8



Tema: Reforma do Ensino Médio versus Currículo Integral

A reforma do Ensino Médio, aprovada através da Lei 13.415 – sem o devido diálogo social –, se ampara na lógica da retomada do Estado Mínimo no Brasil (neoliberalismo), a partir do golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff. Essa lei foi aprovada na sequência da Emenda Constitucional nº 95 (PEC da Morte), que congelou os investimentos da União em políticas sociais – inclusive na educação – por 20 anos! Pela lógica neoliberal, o ensino médio e outras etapas da educação deverão ser privatizados. E a “nova” Base Nacional Comum Curricular – BNCC trata de vincular os currículos escolares, sobretudo da escola pública, aos interesses do mercado, com redução de conteúdos emancipadores (história, filosofia, sociologia, artes etc) e com foco na aprendizagem de competências minimalistas exigidas pelo mercado.

Do total de 4.200 horas que se pretendem para a oferta do Ensino Médio, nas escolas públicas e privadas, pouco mais de 40% (1.800h) serão destinadas para conteúdos da BNCC – base comum de preparação, por exemplo, para as avaliações de ingresso ao ensino superior. E apenas as disciplinas de português e matemática serão obrigatórias nos três anos do curso. O restante do tempo curricular será

destinado a itinerários formativos, dos quais as escolas são obrigadas a ofertar apenas um do total de cinco previstos na Lei (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais e formação técnica profissional).

Essa estrutura, por si só, já demonstra o engodo que foi e continua sendo a propaganda oficial da reforma do Ensino Médio. Isso porque os jovens não terão como optar pelas áreas que desejarem, uma vez que haverá limitação na oferta dos itinerários. Pior: em mais de 2.500 cidades brasileiras existe uma única escola de ensino médio; e caso ela opte por um itinerário específico, como ficarão os estudantes que desejam aprofundar os conhecimentos em outras áreas? Ou irão para as escolas particulares (se conseguirem pagar), ou terão que mudar de cidade, ou, mais grave, abandonarão os estudos!

Mas como a reforma caminha em sintonia com a BNCC minimalista, a intenção do Estado neoliberal consiste em canalizar a maior parte das matrículas do novo ensino médio para a formação técnica profissional. O problema é que a rede pública não dispõe de equipamentos e profissionais suficientes para prover essa modalidade de ensino. A saída será privatizar esse

itinerário, inclusive concedendo bolsas com recursos do Fundo da Educação Básica – Fundeb para as instituições do Sistema S (SENAI, SESI, SESC etc). Ocorre, no entanto, que essas instituições também não comportam as matrículas e os/as estudantes terão que recorrer a outros serviços privados de aprendizagem (pagos!), os quais se espalharão Brasil a fora com qualidade altamente duvidosa.

Em síntese, a reforma limita o tempo de aprendizagem dos estudantes na escola pública, nega conhecimentos fundamentais ao desenvolvimento intelectual de cada um e cada uma e promove dispensa em massa de educadores/as (só português e matemática serão obrigatórias), gerando mais economia ao Estado à custa do futuro de nossa juventude!

Tema: Piso e Carreira decentes para os profissionais da educação

O ano de 2022 teve início com uma nova disputa em torno do reajuste do piso salarial profissional nacional do magistério, o qual passou para R\$ 3.845,63, conforme critério de reajuste definido na Lei 11.738. Parte dos prefeitos e alguns governadores ainda relutam em atualizar o piso que, em 2021, teve reajuste zero! Mas a pressão dos sindicatos tem avançado na maior parte do Brasil, e com muita mobilização os/as educadores/as vencerão mais essa batalha pelo cumprimento do piso.

Porém, não basta pagar o piso! A valorização dos planos de carreira é essencial para atrair e manter os profissionais trabalhando na educação. O reconhecimento social dos/as trabalhadores/as em educação e a qualidade da educação dependem de carreiras profissionais valorizadas. E não apenas para o magistério, mas para todos/as que trabalham na escola, sobretudo para quem é profissional da educação.

A luta da CNTE perpassa pela regulamentação do piso salarial nacional para os profissionais da educação básica, previsto no art. 206, VIII da Constituição Federal, devendo ser contemplados os funcionários da educação. E, além do piso, é preciso que o Estado brasileiro

assuma o compromisso em regulamentar também as diretrizes de carreira dos profissionais da educação, proporcionando maior identidade profissional e valorização da categoria.

O Fundeb permanente, aprovado por meio da Emenda Constitucional nº 108, avançou no reconhecimento dos profissionais da educação dentro da rubrica da subvinculação de 70% do Fundo para pagamento de salários. É bem verdade que a Lei 14.276, aprovada recentemente, desvirtua a concepção profissional definida no art. 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e a CNTE tentará reverter o prejuízo na justiça. Mas a definição de fonte única para pagamento dos profissionais é um passo importante.

O relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação revelou que o magistério possui rendimento médio equivalente a 78% de outros profissionais “não-docentes” com mesmo nível de escolaridade. E em termos internacionais, a diferença é ainda maior, estando o Brasil na última colocação entre os países pesquisados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Já os funcionários da educação

nem contam com dados estatísticos para formular políticas públicas. E é preciso reconhecer e valorizar esses profissionais, começando pela regulamentação do art. 206 da Constituição Federal.

Para priorizar de fato a educação, é necessário investir em todo/as os/as trabalhadores em educação. Piso, carreira, formação inicial e continuada, jornada compatível ao trabalho escolar (com tempo para estudos, planejamentos, reuniões pedagógicas) são bases desse processo. Neste ano de eleições, mais que discursos, queremos ações concretas de valorização da educação e dos/as trabalhadores/as da educação que atuam no chão da escola. Chega de falsas promessas!



Tema: O Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade

O golpe de 2016 inaugurou a retomada do projeto de expropriação das riquezas do Brasil e subjugou as políticas públicas aos interesses do mercado, especialmente dos oligopólios nacionais e internacionais. Seguindo esta orientação, a educação tem virado, a cada dia, uma mera mercadoria. E precisamos reverter essa lógica que desconsidera a educação um direito inalienável para a transformação de pessoas e da sociedade, pois isso gera segregações e exclusões de todos os tipos, sobretudo no aspecto social.

A Constituição Federal elegeu a educação como direito social e assegurou princípios e responsabilidades a serem observados pela sociedade e pelos poderes constituídos, em especial o Executivo e o Legislativo. Mas as ações antir-republicanas e autoritárias de muitos gestores – com destaque para o governo Bolsonaro, que promove cortes orçamentários e ataca a educação e a pesquisa diuturnamente –, estão suplantando o direito à educação, em grave afronta à Constituição.

O enfrentamento dessa desordem nacional perpassa, em primeiro lugar, pela eleição de governos democráticos e populares, engajados no projeto de pautar a educação no centro do processo de

inclusão e desenvolvimento da nação. Além disso, é preciso revogar inúmeras emendas constitucionais (ECs 95, 103, 109, reformas do ensino médio, trabalhista e outras), a fim de retomar as condições necessárias de investimento público na educação e demais políticas sociais. Trata-se, nos dias atuais, de uma tarefa quase hercúlea, pois não depende apenas de eleger um novo presidente comprometido com esse projeto. É preciso também mudar profundamente a composição do Congresso Nacional.

Como bem ensinou Paulo Freire, não há educação de qualidade sem democracia. E esse princípio previsto no art. 206, VI da Constituição Federal requer fina sintonia com outros também listados na Carta Magna, como “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”; além de “assegurar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. São todos direitos que hoje sofrem imensos ataques de um governo que se pauta no obscurantismo e no negacionismo da ciência e da educação. E mais: promove perseguição a educadores/as, restrições curriculares, cortes na pesquisa acadêmica e no orçamento educacional.

Para além da reversão desses prejuízos instalados nos sistemas de educação do país, o resgate do papel do Estado para promover a educação de qualidade demanda reabrir os canais de interlocução com a sociedade, para que educadores/as, estudantes e toda a comunidade escolar possam expressar suas ideias e contribuir na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais.



Tema: Um Projeto de Educação que garanta uma Nação Soberana

A soberania nacional e popular exige um projeto educacional articulado, construído em bases sólidas e democráticas, considerando que uma Nação Soberana deve estar articulada a um Projeto Emancipador de Educação, que seja capaz de garantir que as riquezas produzidas sejam revertidas em larga escala para o bem-estar do povo. Isso dialoga com as fontes energéticas (água, petróleo, minerais) e a produção de alimentos, que precisam atender as necessidades da população, para só depois serem exportadas.

O Brasil vem perdendo a sua soberania desde 2016, quando esses dois projetos foram interrompidos, na medida em que o PNE é engavetado pelo MEC e o governo Federal assumiu a política de “entreguismo”, passando a vender para as grandes empresas nacionais e internacionais as suas riquezas: Temer e Bolsonaro vendem o país! Entregaram a Embraer para a empresa Boeing dos Estados Unidos; entregam o nosso petróleo e a Petrobrás para empresas internacionais; colocaram os Correios e a Eletrobrás à venda, além de inúmeras riquezas naturais! A política desenfreada de privatização do governo Bolsonaro/Guedes, a exemplo de seu antecessor, inclui também a educação pública e gratuita, por meio de diferentes formas

de mercantilização e privatização em todas as etapas e modalidades. No entanto, o mais atingido com objetivos bem definidos é o Ensino Médio.

O financiamento da educação pública também agoniza. Em 2013, foi sancionada a Lei 12.858, que destinou 75% dos royalties do petróleo para financiar a educação e 25% para a saúde. A expectativa, na época, era atingir um total de R\$ 112 bilhões para a saúde e educação até 2022. Isso era soberania! Usar nossas riquezas para nosso povo! Com o fim do regime de partilha na exploração de petróleo, feito ainda pelo governo Temer, essa lei vem perdendo seu objetivo inicial. Em 2016, José Serra (PSDB) conseguiu aprovar o Projeto de Lei 4.567/2016, que retira a operação única do Pré-Sal da Petrobrás, abrindo caminho para a entrega da maior descoberta recente de petróleo no mundo às empresas estrangeiras. O referido projeto deu origem à Lei 13.365/2016, que isentou as empresas petroleiras do pagamento de vários impostos.

E como fica a educação do/a brasileiro/a, que antes seria a área mais privilegiada com a descoberta do Pré-Sal? Esta ofensiva contra os direitos e a soberania do povo brasileiro retirará mais de R\$ 1 trilhão

de investimentos em saúde e educação. São perdas que inviabilizam o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu 20 metas para melhorar a qualidade do ensino no prazo de 10 anos, incluindo o investimento equivalente a 10% do PIB para a educação. O desmonte do marco regulatório do Pré-Sal ajudou a inviabilizar o PNE.

O Pré-Sal tem que ser do povo! Tanto os *royalties* do petróleo como o Fundo Social são fundamentais para que se possa ter uma educação gratuita, universal e de qualidade para todos/as os/as brasileiros/as. As empresas públicas não podem e nem devem ser privatizadas. Elas são do povo brasileiro e seus lucros devem ser revertidos a ele!

Tema: Paulo Freire Vive em cada Educador/a Brasileiro/a que Luta por Educação de Qualidade, no chão da Escola Pública

O pedagogo e filósofo Paulo Freire ganhou notoriedade no mundo quando produziu um importante método de alfabetização de adultos que, à época, inspirou o Plano Nacional de Alfabetização do governo brasileiro. Poucos anos depois, após ser perseguido pelo regime militar que se instalou no Brasil em 1964, Paulo Freire se projetou ao mundo e suas obras no campo da pedagogia, da filosofia da educação passaram a ser referência em muitos países.

A educadora e o educador brasileiro/a rapidamente incorporaram em seu fazer laboral o principal espírito e legado da obra *freireana*: ninguém se educa sozinho e, no processo de ensino-aprendizagem, é fundamental sempre existir diálogo entre o/a educador/a e o estudante. Assim, para além do que veio representar a sua pedagogia e concepção de educação, o pensamento de Freire tem como objetivo forjar uma convivência humana fraterna, com menos discriminações e exclusão. Não será tolerável praticarmos nenhum modelo educacional que não leve em consideração a inclusão de todas e todos nessa escola do futuro que se faz, hoje, cada vez mais urgente.

Nas comemorações do Centenário de Nascimento de Paulo Freire, nunca foi tão atual levantar a bandeira da defesa intransigente da democracia e da educação pública, gratuita, laica, desmilitarizada e socialmente referenciada. É fundamental que sejamos assertivos na defesa de um modelo de escola e educação que respeite e valorize os/as educadores/as, que têm sua formação na área de uma ciência já consolidada e desenvolvida pelas melhores práticas, na academia e no “chão da escola”. Não podemos e nem devemos abrir mão da defesa de uma escola democrática e sem mordidas de quaisquer espécies.

É dessa forma que é impossível prescindir da luta por uma educação que emancipe o ser humano e promova a cidadania, em que a escola e seus profissionais (professores/as e funcionários/as) consigam atender plenamente os pressupostos da qualidade social da educação. Fortalecer o protagonismo do educando e da educanda como sujeitos/as da história nos dá força para esperar a vida.

Mais do que nunca, os/as educadores/as brasileiros estão imbuídos na construção de uma rede de apoio, solidariedade e resistência a todo conjunto de ataques que a educação pública brasileira vem sofrendo nos últimos anos, desde o Governo Temer e, agora, com Bolsonaro. E a educação de qualidade por nós inspirada em Paulo Freire só pode ser por uma forma inclusiva e universal, garantindo a destinação pública de nossos recursos orçamentários e o diálogo social com todos os segmentos da comunidade escolar.



Diretoria Executiva da CNTE

Gestão 2022/2026

PRESIDENTE

Helena Manoel Gomes de Araújo Filho (PE)

VICE-PRESIDENTA

Marlei Fernandes de Carvalho (PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (MS)

SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Franklin de Leão (SP)

SECRETÁRIA DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Guelda Cristina de Oliveira Andrade (MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luís Carlos Vieira (SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Alessandro Souza Carvalho (CE)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivone Alves Cruz Almeida (SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (DF)

SECRETÁRIO DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Sergio Antônio Kumpfer (RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Magno Pereira Cruz (DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS(AS) TRABALHADORES(AS) EM EDUCAÇÃO

Francisca Pereira da Rocha Seixas (SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton Gomes da Silva (SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam de Mendonça Filho (ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos Bueno do Prado (SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal de Souza (GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Claudir Mata Magalhães de Sales (ro)

Paulina Pereira Silva de Almeida (PI)

Mario Sergio Ferreira de Souza (PR)

Ana Cristina Fonseca Guilherme da Silva (CE)

Carlos de Lima Furtado (TO)

Kátia Cilene de Mendonça Almeida (AP)

Guilherme Mateus Bourscheid (RS)

Girlene Lázaro da Silva (AL)

José Valdivino de Moraes (PR)

Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves (PR)

Valéria Conceição da Silva (PE)

Raimundo Nonato Costa Oliveira (MA)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Marco Antonio Soares (SP)

Ronildo Oliveira do Nascimento (PE)

Doris Regina Acosta Nogueira (RS)

Soraya Maria Cordeiro de Sousa (PB)

Maria Eduarda Quiroga Pereira Fernandes (RJ)

Luiz Fernando de Souza Oliveira (MG)

Sueli Veiga Melo (MS)

Claudio Antunes Correia (DF)

Alex Santos Saratt (RS)

Amarildo Silveira Pereira (MA)

Edson Rodrigues Garcia (RS)

Ionaldo Tomaz da Silva (RN)

Nelson Luiz Gimenes Galvão (SP)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Ivanéia de Souza Alves (AP)

Ornildo Roberto de Souza (RR)

Arnaldo Bruno Lopes Vidal (RN)

Maria Leônia Gomes de Lima (PB)

Iara Gutierrez Cuelar (MS)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Joseilda Vicente Lima Barboza (PE)

Maria Léa Lima de Almeida (PI)

Fábio Henrique Oliveira Matos (PI)





Compartilhe sua
participação
na 23ª Semana
com a hashtag:

#EducaçãoPúblicaEuApoio

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



[/cntebrasil](#)



[/cnte_oficial](#)



[/cntecutie](#)



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à



Internacional
da Educação

FNPE

Forum Nacional Popular de Educação

CNTE - SDS - Edifício Venâncio III, Salas 101/106 - Brasília/DF - CEP 70393-902
Tel.: (61) 3225-1003 - Fax: 3225-2685

cnte@cnte.org.br - www.cnte.org.br